



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-reitoria de Ensino

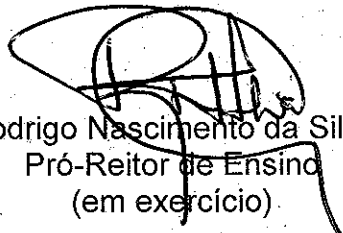
RESOLUÇÃO Nº 54/2018

O Pró-reitor de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições, considerando as decisões emanadas da reunião da Câmara de Ensino, resolve aprovar, para o **Curso Técnico em Infraestrutura Escolar - forma subsequente, do Profucionário**, para vigor a partir do segundo semestre letivo de 2018:

- 1 - A complementação do PPC.
- 2 - A matriz curricular.
- 3 - Os programas de disciplinas.

Esta resolução entra em vigor a partir da sua data de publicação.

Pelotas, 13 de dezembro de 2018.


Rodrigo Nascimento da Silva
Pró-Reitor de Ensino
(em exercício)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE

CURSO TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR
Forma Subsequente – Modalidade a distância

PROFUCIONÁRIO

Início: 2012/1

Sumário

1 – DENOMINAÇÃO	4
2 – VIGÊNCIA	4
3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	4
3.1 – Apresentação.....	4
3.2 - Justificativa.....	6
3.3 – Objetivos	9
3.3.2 – Específicos	10
4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO.....	10
5 – REGIME DE MATRÍCULA	11
6 – DURAÇÃO	12
7 – TÍTULO	12
8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO	12
8.1 - Perfil profissional	12
8.1.1 - Competências profissionais	13
8.2 - Campo de atuação	14
9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	14
9.1 - Princípios metodológicos	15
9.2 - Prática profissional.....	16
Orientação da Prática Profissional	19
Reflexões sobre a Prática Profissional I e II.....	19
9.2.1 - Estágio profissional supervisionado.....	22
9.2.2 - Estágio não obrigatório	22
9.3 - Atividades Complementares	22
9.4 - Trabalho de Conclusão de Curso.....	22
9.6 - Matriz de disciplinas eletivas (quando houver)	23
9.7 - Matriz de disciplinas optativas (quando houver).....	23
9.8 - Matriz de pré-requisitos (quando houver).....	23
9.10 - Matriz de componentes curriculares a distância (quando houver)	23
9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia.....	23
9.12 - Flexibilidade curricular	23
9.13 - Política de formação integral do estudante.....	24
10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES	26

11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	28
11.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes.....	28
11.2 - Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso.....	31
13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	32
13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica.....	32
14 - INFRAESTRUTURA	33
14.1 Instalações e Equipamentos Oferecidos aos Professores Alunos.....	33

1 – DENOMINAÇÃO

O curso aqui apresentado recebe a denominação de Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, pertencente ao Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social.

2 – VIGÊNCIA

O curso Técnico em Infraestrutura Escolar tem sua vigência a partir do primeiro semestre de 2012, tendo sido atualizado e aprimorado em 2014, em 2016 para a 3ª Edição do PROFUNCIÓNÁRIO em 2017 para atender a redação do Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e PROFUNCIÓNÁRIO e, mais recentemente, em 2018 para a oferta da 4ª edição do Programa.

Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade anual ou mediante necessidade extraordinária, pela Equipe Central do PROFUNCIÓNÁRIO, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 – Apresentação

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância, pertencente ao eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). O presente projeto é parte integrante do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIÓNÁRIO), “tem por objetivo promover, por meio da educação a distância, a formação profissional técnica em nível médio de funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído” (Portaria do MEC nº 1.547, de 24 de outubro de 2011).

A proposta curricular baseia-se nos fundamentos filosóficos da prática educativa, numa perspectiva progressista e transformadora. Estão presentes,

também, como marco orientador dessa proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), traduzidas nos objetivos desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFSul que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

A educação profissional técnica de nível médio tem por finalidade formar técnicos para atuarem nos diferentes processos de trabalho relacionados aos eixos tecnológicos, com especificidade em Infraestrutura Escolar.

Esse curso técnico do IFSul está estruturado de modo a garantir padrões de qualidade correlatos aos demais cursos técnicos quanto ao tempo de duração, à articulação entre as bases científicas e tecnológicas, às atividades de prática profissional e à organização curricular com núcleos politécnicos comuns, estando, portanto, subordinado aos indicadores normativos da Resolução CNE/CEB nº 06/2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Essa forma de atuar na educação profissional técnica objetiva romper com a dicotomia entre educação básica e formação técnica, possibilitando resgatar o princípio da formação humana em sua totalidade, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer a partir do princípio da politecnia, assim como visa propiciar uma formação humana e integral em que a formação profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientada pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitua em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes, conforme defendem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

Visando a explicitação destes princípios curriculares, este documento está em consonância com os pressupostos filosóficos, políticos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta do curso em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e com as diretrizes do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos

Sistemas de Ensino Público (PROFACIONÁRIO). Em todos os elementos, estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino-aprendizagem destinados a todos os envolvidos nessa práxis pedagógica.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atuam com foco na educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e a educação superior. Orientando sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

3.2 - Justificativa

Com o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos; a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações; o deslocamento da produção para outros mercados; a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços; a tendência à conglomeração das empresas, à crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e à formação de blocos econômicos regionais; e, ainda, a busca de eficiência e de competitividade industrial, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho, são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho. Conseqüentemente, essas demandas impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos.

Frente esta realidade, a política do Ministério da Educação (MEC), atende as reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que há muito tempo lutava por melhores condições de trabalho e formação continuada para essa classe de trabalhadores. E a constatação de que existe um grande número de servidores no Brasil

trabalhando em instituições de ensino sem nenhuma qualificação profissional para as funções que exercem, além de demonstrarem uma baixa autoestima, uma vez que não são considerados competentes para o exercício da função que desempenham.

Como forma de intervenção nesse contexto e visando superar a lacuna existente na formação profissional dos trabalhadores do apoio educacional das escolas públicas, o Ministério da Educação criou o PROFUNCIÓNÁRIO com o objetivo de contemplar esse grupo de trabalhadores com uma formação profissional inicial em serviço.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atuam com foco na educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e a educação superior. Orientando sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

Nesse cenário, o IFSul, assume o compromisso com a Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública, em habilitação compatível com sua atividade educativa, na modalidade da Educação a Distância (EAD) na região. Obedece ao disposto no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/1996, conforme a Lei nº 12.014/2009 e ao disposto no parágrafo único do art. 62-A da Lei de Diretrizes e Bases, por meio do qual a profissionalização tornou-se direito de todos os funcionários da educação.

O compromisso é de formar profissionais em serviço capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia e de prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho. Constata-se também, a presente necessidade de qualificar e requalificar trabalhadores que já se encontram inseridos no mundo do trabalho em função das transformações nos postos de trabalhos, nas formas de

produção de bens e serviços e nas relações de trabalho constituídas nos novos contextos socioprodutivos.

Diante do exposto das políticas públicas que alicerçam a proposição do PROFUNCIÓNÁRIO, e considerando o compromisso do IFSul com a promoção de iniciativas educacionais que potencializem o exercício das práticas sociais e a qualificação da educação pública, justifica-se a oferta da presente proposta educativa.

Os princípios gerais da política de formação do técnico em educação do PROFUNCIÓNÁRIO estão contidos na Constituição da República Federativa do Brasil (art. 205 a 214), nos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, no Decreto nº 5.154/2004, na Resolução CNE/CEB nº 06/2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nas Orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Além desses marcos legais, faz-se necessário destacar:

- Parecer CNE/CEB nº 16/2005 sobre a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar;
- Decreto nº 7415/2010 que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dispõe sobre o PROFUNCIÓNÁRIO;
- Parecer CNE/CEB nº 5/2011 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2012 sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 11/2012 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 04/2012 que dispõe sobre a atualização do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível médio;
- Portaria nº 1.547, de 24 de outubro de 2011 que altera dispositivos da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007;
- Portaria nº 1152, de 22 de dezembro de 2015, dispõe sobre a Rede e-TecBrasil e sobre a oferta de cursos a distância por meio da Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso

ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências;

- Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2016, define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino;
- Manual de Gestão da Rede e-Tec e PROFUNCIÓNÁRIO, de 05 de maio de 2016, consiste em nortear e disciplinar critérios e procedimentos aos sistemas e instituições de ensino que ofertam Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo programa Rede e-Tec Brasil e cursos do PROFUNCIÓNÁRIO.

Em consonância com este histórico de ações e indicadores legais, o IFSul propõe-se a oferecer o Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, na forma subsequente, na modalidade a distância, por entender que contribuirá para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Infraestrutura Escolar, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

3.3 – Objetivos

3.3.1 Gerais

Promover a formação profissional técnica de nível médio para profissionais da educação que atuam em áreas de apoio às atividades pedagógicas e administrativas nas escolas públicas de educação básica, dando-lhes condições para um entendimento da educação e da escola como espaços coletivos de formação humana, de diversidade étnica cultural, bem como de desenvolvimento de competências para atuar numa habilitação específica, sem perder a noção da totalidade da função social da educação.

Propiciar a profissionalização de trabalhadores para atuarem como técnico na área educacional, valorizando o seu papel como profissional da educação por meio da qualificação e melhoria da sua prática.

3.3.2 – Específicos

- Formar profissionais capazes de desenvolver ações de apoio à Infraestrutura Escolar com conhecimentos, competências e habilidades necessárias para atuarem na gestão de sistemas de ensino;
- Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho; e
- Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber.

4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar no Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, os candidatos deverão ter concluído Ensino Médio ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no curso estará a cargo das Secretarias Municipais de Educação e Coordenadorias Regionais de Educação que fornecerão ao Instituto a nominata dos servidores da educação selecionados.

O acesso ao Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância, é especificamente destinado a trabalhadores que exercem funções administrativas nas escolas das redes públicas estaduais e municipais da

educação básica. Para o acesso ao curso, o candidato deve atender aos seguintes requisitos (Figura 1):

Ser portador do certificado de conclusão do ensino médio, ou documento equivalente;

Estar em efetivo exercício da função nas escolas das redes estadual ou municipal.



Figura 1 – Requisitos e formas de acesso ao curso.

Segundo o Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e PROFUNCIÓNÁRIO, as vagas remanescentes poderão ser ofertadas para o público em geral, desde que seja respeitado o caráter da formação técnica de nível médio e garantida as condições para que o aluno em curso possa concluir e participar com êxito das atividades obrigatórias formativas. O cursista, nessas condições, não será certificado como concluinte do PROFUNCIÓNÁRIO, mas como concluinte do Curso Técnico na habilitação cursada em conformidade com o CNCT.

Caso o aluno em curso tenha seu contrato cessado, ou, por qualquer ordem destitua o vínculo com a instituição educativa onde trabalha, lhe será garantida nos termos da lei a conclusão do curso, nos parâmetros da habilitação técnica de nível médio, conforme CNCT.

5 – REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Seriado

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	24 meses
Carga horária em disciplinas obrigatórias	1.200h
Carga horária em disciplinas eletivas	Não previsto
Estágio Profissional Supervisionado	Não previsto
Atividades Complementares	Não previsto
Trabalho de Conclusão de Curso	Não previsto
Carga horária total mínima do Curso	1.200h
Carga horária total do Curso	1.200h

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso, o aluno receberá o diploma de **Técnico em Infraestrutura Escolar**.

8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

8.1 - Perfil profissional

O profissional concluinte do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância, integrante do PROFUNCIÓNÁRIO, oferecido pelo IFSul, deve apresentar um perfil de egresso que o habilite a desempenhar atividades voltadas para a atuação em Infraestrutura Escolar, na área de Desenvolvimento Educacional e Social.

O Técnico em Infraestrutura Escolar egresso do curso colabora na manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura escolar. Organiza e operacionaliza procedimentos de racionalização e economicidade no uso dos recursos energéticos e hidráulicos da escola. Auxilia na gestão dos vários espaços escolares na perspectiva de mantê-los como espaços educativos.

Colabora na mediação de conflitos com o entorno ambiental, atua na preservação e conservação do meio ambiente intra e extraescolar.

8.1.1 - Competências profissionais

As competências profissionais, pelo seu caráter transversal, perpassam por todos os componentes curriculares. São elas:

- Atitude valorativa diante de situações existenciais, assumindo desempenhos coerentes com os valores humanísticos;
- Engenho e inventividade, tanto na geração do novo, como na mudança e transformação do existente;
- Capacidade de gestão, por meio do posicionamento crítico-reflexivo, lançando mão de conduta que revele postura ética, responsabilidade social e compromisso com a formação da cidadania;
- Capacidade de articular conhecimentos de vida e de experiência diária em diferentes modelos de estruturas organizacionais, revelando-se profissional flexível e adaptável;
- Engajamento com a preservação do meio ambiente e com a acessibilidade;
- Capacidade de identificar o histórico da evolução dos espaços escolares e as teorias arquitetônicas e pedagógicas de construção do espaço educativo;
- Condições de apontar as necessidades dos espaços físicos em relação aos princípios da educação brasileira e à proposta pedagógica da escola;
- Capacidade de gerenciar, do planejamento à execução, os serviços de higiene e limpeza da escola;
- Reconhecimento e aplicabilidade das questões de segurança das escolas;
- Condições de localização das diferentes áreas que compõem a escola, incluindo as redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, e as outras plantas da arquitetura escolar;

- Capacidade em identificar problemas de funcionamento e executar reparos conjunturais, na medida dos recursos da escola;
- Habilidade em coordenar a utilização dos principais equipamentos elétricos e eletrônicos em uso nas escolas, inclusive os didáticos, como também executar reparos ao alcance dos recursos disponíveis;
- Avaliação e gerenciamento dos níveis desejáveis de ventilação e de temperatura ambiente nos espaços interiores das escolas;
- Competência para supervisionar a rotina de manutenção física dos prédios escolares, incluindo tarefas de impermeabilização, conservação de coberturas, pisos e pinturas, assim como técnicas simples de construção em madeira, metal e alvenaria;
- Capacidade de aplicar normas de sustentabilidade ambiental;
- Capacidade de trabalhar em equipe

8.2 - Campo de atuação

Escolas públicas e privadas, centros de formação profissional, centros de capacitação de pessoal, órgãos de sistemas e redes de ensino.

9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, integrante do PROFUNCIÓNÁRIO, na modalidade a distância, com 20% da carga horária em momentos presenciais e 80% à distância.

Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do CNCT, aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 01/2014. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

O Curso apresenta uma Matriz Curricular por componente curricular. Os componentes curriculares contemplam conhecimentos de bases científicas,

humanas e tecnológicas que permitem uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho, dos conhecimentos científicos e da formação específica.

O percurso curricular do Curso busca viabilizar a articulação teoria-prática, mediante o desenvolvimento de práticas nos mais diversos componentes da formação profissional. Nesse sentido, a prática se configura como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado, sendo desenvolvida ao longo do curso.

O regime do presente curso é modular, com a organização curricular apresentada em vinte (20) componentes curriculares, contemplando conhecimentos subordinados ao Eixo Tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, de acordo com o CNCT.

A estrutura curricular está organizada da seguinte forma: um Núcleo de Formação Geral, com onze (11) componentes curriculares, e um Núcleo de Formação Específica, com nove (09) componentes curriculares, ambos comuns aos quatro Cursos.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos politécnicos, os quais favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

9.1 - Princípios metodológicos

O processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso de Infraestrutura Escolar contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica de Infraestrutura Escolar e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do IFSul, no que tange ao

seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos cursos técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mercado de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que encaminhem o aluno para a aprendizagem contínua e para a autonomia intelectual, familiarizando-se com procedimentos de pesquisa, exercitando as habilidades diagnósticas e prospectivas diante de situações-problema típicas de sua área de atuação. Nessa perspectiva, o aluno adquire o *status* de protagonista do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo a competência de situar-se com eficiência e ética, diante de cenários profissionais inusitados, e em constante mudança.

Considerando o cenário complexo da sociedade contemporânea e do contexto educacional, o Curso de Infraestrutura Escolar busca contemplar a ação interdisciplinar como fundamento epistemo-metodológico imprescindível à formação do pensamento complexo, visando à formação dos trabalhadores em educação para atuar em equipes multidisciplinares, identificando, planejando e prospectando intervenções que visem à qualificação dos seus processos de trabalho, em consonância com os Projetos Pedagógicos das escolas em que atuam.

A maleabilidade intelectual desejável para que os egressos se adaptem à evolução permanente dos conhecimentos da área técnica específica, do campo educacional, das tecnologias da informação e comunicação, bem como dos variados conhecimentos culturais, implica na adoção de procedimentos metodológicos que exercitem a formulação de hipóteses, a reconstrução de conceitos, e, finalmente, a construção de novas posturas profissionais, adequadas às demandas do contexto social em permanente transformação.

9.2 - Prática profissional

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos

e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços escolares específicos em que os alunos atuam.

Nesse sentido, a reflexão sobre a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho [...], bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras (BRASIL, 2012).

A aposta na articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais em contextos escolares é objetivado na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviços da reflexão e problematização das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao **trabalho** o *status* de principal **princípio educativo**, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas, conforme preconiza o Parecer CNE/CEB nº 11/2012:

A concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Considerar o trabalho como princípio educativo, equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria para e pode transformá-la. (...) Do ponto de vista organizacional, essa relação deve integrar em um mesmo currículo a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais complexas; a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente da realidade e a compreensão do processo histórico de produção de conhecimento (BRASIL, 2012).

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Assim sendo, articula-se de forma indissociável à teoria, integrando as cargas horárias mínimas da habilitação profissional, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A prática profissional dos cursos técnicos do PROFUNCIÓNÁRIO, por se constituir como conjunto de atividades reflexivas sobre os contextos de atuação profissional dos alunos, funcionários de escolas públicas em serviço, privilegia a análise e prospecção desses ambientes profissionais, convertendo cada aluno em um agente educativo de seu próprio cenário profissional e contribuindo com a gestão das propostas educativas da escola onde atuam.

Desta forma, o aluno é desafiado a colaborar com sua escola, tendo a responsabilidade de, ao longo da sua formação, diagnosticar problemas, identificar potencialidades e elaborar plano de intervenção que vise ao aperfeiçoamento de aspectos específicos de sua prática profissional. Para que esta perspectiva colaborativa se consolide, prevê-se a implantação de fóruns de divulgação das propostas elaboradas pelos alunos, no âmbito das escolas, bem como seminários para partilha de experiências e divulgação das produções realizadas pelos alunos, no âmbito dos diferentes polos do PROFUNCIÓNÁRIO.

As atividades práticas, previstas nos componentes curriculares são desenvolvidas no polo de apoio presencial. Devem ter a presença física obrigatória do estudante no local previsto para sua efetivação. Podem ainda ser ministradas com a presença física do professor da disciplina e/ou por meios eletrônicos (Vídeoaula; webconferência ou outros), quando os estudantes são orientados e auxiliados por professor mediador presencial e/ou coordenador do Polo.

Assim concebida, a prática profissional comporta, em sua identidade, os princípios de transversalidade, interdisciplinariedade, processualidade e contextualização, que visam promover a articulação entre os saberes conceituais e as habilidades crítico-reflexivas indispensáveis à qualificação das intervenções profissionais e sociais dos estudantes.

Esse compromisso com a indissociabilidade entre teoria e prática consubstancia-se na organização curricular como princípio metodológico inerente a todos os componentes curriculares. Além disso, ganha expressão ainda mais destacada em dois componentes curriculares especialmente estruturados para assegurar esta articulação desde o início do curso, ao longo dos diferentes Módulos: **Orientação da Prática Profissional e Reflexões sobre a Prática Profissional I e II.**

Orientação da Prática Profissional

Caracterizada como disciplina-chave para a instrumentalização teórico-conceitual necessária à reflexão crítica sobre a conjuntura social e profissional e ao planejamento de intervenções de qualificação das relações e processos de trabalho dos alunos/trabalhadores em formação, OPP figura como o espaço curricular de especial investimento nas habilidades crítico-reflexivas e no domínio dos instrumentais de pesquisa necessários ao desvelamento das variadas realidades profissionais. Nessa perspectiva, cumpre com o indicativo do Art. 21 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, no que se refere à adoção da pesquisa como princípio pedagógico:

A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, **orientada pela pesquisa como princípio pedagógico** que possibilita enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente (BRASIL, 2012).

Para dar conta desse princípio, a disciplina propõe a discussão de temas transversais como conhecimento, ética, moral e cidadania, na perspectiva de ampliação da compreensão e de ressignificação dos diversos cenários escolares em que os alunos atuam profissionalmente. Além disso, prevê o domínio de instrumentais básicos de metodologia de pesquisa, com vistas à elaboração de um pequeno estudo, envolvendo levantamento de dados e revisão bibliográfica, sobre uma questão específica do contexto escolar eleita pelo cursista como objeto de investigação.

Reflexões sobre a Prática Profissional I e II

Reflexões sobre a Prática Profissional (RPP) consiste em um componente curricular obrigatório para os cursistas/estudantes nos cursos técnicos do PROFUNCIÓNÁRIO, desenvolvido de forma transversal, ao longo dos diferentes módulos do curso. Trata-se de um conjunto de atividades formativas que perpassam as diversas disciplinas, proporcionando a

articulação entre os conhecimentos desenvolvidos e os seus contextos de aplicação, ou seja, as realidades profissionais de cada estudante.

Assim concebido, o componente curricular RPP cumpre com a importante função de associar teoria e prática, possibilitando ao aluno o desenvolvimento de habilidades de reflexão crítica e propositiva acerca de seu ofício e de suas relações profissionais, com base nos conteúdos conceituais e procedimentais trabalhados nas disciplinas do curso. Em conformidade com esta caracterização, RPP é o componente curricular que proporciona a interrelação entre todas as disciplinas e destas com a realidade profissional, possibilitando a contextualização e o diálogo entre os saberes desenvolvidos no decorrer do curso.

O conjunto de atividades de RPP visa, em síntese, proporcionar ao aluno:

- A articulação entre teoria e prática por meio da contextualização e do diálogo dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso.

- A reflexão sobre o seu contexto profissional e o papel que desempenha neste cenário, diagnosticando limites, desafios e possibilidades de qualificação pessoal e coletiva.

- O planejamento de intervenções específicas que possibilitem a superação de fatores-limite identificados em seu contexto de atuação profissional, valendo-se dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos ao longo do curso.

A componente curricular RPP desenvolve-se de forma concomitante com as demais disciplinas do curso, ao longo de seus diferentes módulos. Está organizada de forma a favorecer a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica, integradora de conhecimentos científicos, experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, possibilitando, desta forma, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas. Desta forma, inclui atividades que articulam os diferentes saberes adquiridos em cada etapa de estudo, por meio das diferentes disciplinas, promovendo a reflexão contextualizada desses saberes, bem como a projeção das aplicações práticas no ambiente de trabalho de cada aluno.

Para a consecução de tais propósitos e ações, a componente curricular organiza-se da seguinte forma:

a) A cada módulo de estudos são desenvolvidas atividades correspondentes à RPP, em forma de propostas integradoras das diferentes disciplinas, que possibilitam ao aluno relacionar os conteúdos desenvolvidos com a sua prática profissional. Estas propostas interdisciplinares aproximam a teoria da prática, colocando os principais conceitos desenvolvidos em cada etapa de estudos na perspectiva dos cenários profissionais, ou seja, os conhecimentos teóricos abastecem a reflexão sobre a prática, visando ao seu aperfeiçoamento permanente.

b) A produção realizada pelo aluno envolve os principais conceitos e discussões desenvolvidas ao longo do módulo de estudos. Desta forma, cada módulo inclui atividades interdisciplinares planejadas e orientadas pela componente RPP, retomando as aprendizagens desenvolvidas nas disciplinas, para a análise reflexiva e propositiva de situações específicas da prática profissional.

c) A cada módulo, o aluno é desafiado a produzir diferentes tarefas de investigação e proposição acerca de seu contexto profissional, por meio de observações, entrevistas, descrições e análises diversas, propondo intervenções que possam qualificar os eventuais limites diagnosticados na situação analisada por meio da elaboração de planos de ação a serem elaborados pelo cursista.

d) Ao final de cada módulo o aluno tem a responsabilidade de apresentar relatório de aprendizagens de cada uma destas etapas, no formato de memorial, resgatando e sistematizando as principais experiências reflexivas desenvolvidas ao longo deste período de estudos.

Considerando-se as recomendações expressas no Parecer CNE/CEB nº11/2012 no que se refere à importância de assiduidade do aluno nas vivências práticas desenvolvidas nos cursos ofertados na modalidade de EaD, estão previstas avaliações finais das componentes curriculares OPP e RPP I e II através de projetos de pesquisa/intervenção; relatórios de observações e/ou entrevistas, análises de processos técnicos e/ou educativos, dentre outros), acompanhadas de Termo de Ciência da Escola, como produções que asseguram as experiências e intervenções práticas do aluno nos variados

contextos profissionais, preferencialmente coincidentes com os espaços escolares em que atuam como trabalhadores em educação.

9.2.1 - Estágio profissional supervisionado

O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar não oferta Estágio Profissional Supervisionado. Entretanto a prática profissional está assegurada no currículo, sendo desenvolvida nos ambientes de aprendizagem.

9.2.2 - Estágio não obrigatório

No Curso de Técnico em Infraestrutura Escolar prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional, assegurando ao aluno a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul.

9.3 - Atividades Complementares

O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar não prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares.

9.4 - Trabalho de Conclusão de Curso

O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar não prevê Trabalho de Conclusão de Curso.

9.5 - Matriz curricular

Em anexo

9.6 - Matriz de disciplinas eletivas (quando houver)

O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar não prevê matriz de disciplinas eletivas.

9.7 - Matriz de disciplinas optativas (quando houver)

O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar não prevê a oferta de disciplinas optativas.

9.8 - Matriz de pré-requisitos (quando houver)

O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar não prevê matriz de pré-requisitos.

9.9 - Matriz de disciplinas equivalentes (quando houver)

Em anexo

9.10 - Matriz de componentes curriculares a distância (quando houver)

O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar não prevê matriz de componentes curriculares a distância.

9.11 - Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia

Vide anexo.

9.12 - Flexibilidade curricular

O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso, além de experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

9.13 - Política de formação integral do estudante

O curso objetiva formar profissionais capazes de exercerem com competência, inteligência e autonomia intelectual, suas funções e atribuições sócio-ocupacionais. Dessa forma, a organização e o desenvolvimento curricular do curso, em seus objetivos, conteúdos e métodos deverá evidenciar e vivenciar a unicidade entre as dimensões científica, tecnológica e humanística, a partir da compreensão do ser humano como produtor de sua realidade e do trabalho como primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

Do mesmo modo, o Curso se dispõe a adotar a relação entre teoria e prática, não apenas como princípio metodológico inerente ao ato de planejar as ações, mas também, como princípio orientador do modo como se compreende a ação humana de conhecer a realidade e de intervir no sentido de transformá-la.

Desde o entendimento da pertinência e da necessidade de associar-se

a pesquisa ao desenvolvimento de projetos contextualizados e interdisciplinares, pretende-se nas diferentes situações de aprendizagem, potencializar investigações e projetos de ação que concorram para a melhoria da coletividade e do bem comum.

Com base no exposto acima, o Curso privilegia as seguintes intenções formativas:

Ética - trabalhando liberdade/responsabilidade, valores, comprometimento do saber/fazer, as razões do justo/injusto;

Raciocínio lógico - desenvolvendo através de questões desafiadoras, de atividades que estimulem a exploração de possibilidades, de propostas que instiguem e experimentem hipóteses, pela busca de novos caminhos relacionados com problemas propostos;

Redação de documentos técnicos - proporcionando a elaboração de relatórios, tipos diversos de registros específicos da atividade profissional, projetos, planos técnicos;

Atenção às normas técnicas e de segurança - propiciando processos de observação e solução de problemas;

Capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade - propondo trabalhos com estratégias desafiadoras direcionadas a esses aspectos;

Estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora - organizando visitas, aulas práticas;

Integração com o mundo de trabalho - promovendo palestras, seminários, estimulando a participação em congressos e encontros na área profissional específica;

Desenvolvimento do espírito crítico – promovendo ações, análises, avaliações e auto-avaliações;

Postura pró-ativa – provocando e estimulando empreendimentos individuais e em grupo;

Estímulo a educação continuada – desenvolvendo atividades que possam desencadear a observação da realidade, a busca de novos conceitos, a identificação do processo contínuo das mudanças sociais.

9.14 Políticas de Apoio ao Estudante

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

Períodos de atendimento ao estudante no polo e a distância, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem, considerando as dificuldades tanto no conteúdo em andamento como também o resgate de aprendizagens não consolidadas.

10 - CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

Atendendo ao que dispõe o artigo 34 da Resolução CNE/CEB 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos desenvolvidos em Cursos de Educação Profissional inicial e continuada, ou cursos em geral, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regido operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Equipe Central do PROFUNCIÁRIO.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos com a mesma profundidade com que é aferido o conhecimento do aluno que frequenta regularmente o IFSul.

Sempre que for possível, a avaliação deverá contemplar igualmente os aspectos teórico e prático.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do aluno.

No processo deverão constar tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

É indispensável que se registre todo o processo de avaliação e que, só após sua aprovação, o aluno seja inserido no semestre pretendido.

11– PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

11.1 - Avaliação da aprendizagem dos estudantes

A avaliação é entendida como processo, numa perspectiva libertadora, com a finalidade de promover o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos educandos, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de crescimento, de progresso do educando na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino-aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico e à construção em uma perspectiva democrática.

A avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, pela análise de trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

Para que se efetive o trabalho pedagógico, o professor deverá, ao início de cada período letivo, construir o Plano de Ensino e o Guia Didático do Componente Curricular, respeitando o projeto pedagógico do curso.

No Plano de Ensino e no Guia Didático de cada Componente Curricular, deverá constar, os dados de identificação, a ementa, o conteúdo

programático, a metodologia de trabalho, cronograma de aulas, os critérios e os procedimentos de avaliação, recuperação e referências bibliográficas.

O professor deverá encaminhar o Plano de Ensino e o Guia Didático de cada Componente Curricular ao coordenador do curso, para a sua devida aprovação, no prazo estabelecido pela Coordenação Geral do PROFUNCIÁRIO. Ambos os documentos serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A avaliação do aproveitamento far-se-á mediante os seguintes procedimentos:

I - Acompanhamento contínuo das atividades dos estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

II - Aferição dos resultados da aprendizagem mediante: provas escritas, trabalhos individuais ou em grupo, relatórios, participações orais, pesquisas, trabalhos práticos e demais atividades programadas para o componente curricular previstas no guia didático;

III – Aplicação de pelo menos uma prova presencial, elaborada pelo docente, aplicada e acompanhada por professor mediador presencial.

O resultado da avaliação é computado ao final de cada componente curricular e registrado no Sistema Acadêmico.

A nota atribuída na etapa avaliativa do componente curricular tem a seguinte composição:

I - 50% da nota deverá corresponder à avaliação do desempenho alcançado nas atividades presenciais e/ou a distância propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

II - 50% da nota deverá corresponder à prova presencial ou trabalho final.

É atribuída na etapa avaliativa uma nota, expressa em grau numérico de zero (0,0) a dez (10,0), considerando-se, no caso de frações, apenas a primeira decimal, e em caso de necessidade de arredondamento, deve ser acrescida uma unidade se a casa decimal posterior for igual ou maior a 5 (cinco).

Em relação à aprovação, é considerado aprovado no núcleo o estudante que, tendo participando regularmente do processo de ensino, alcançar nota igual ou superior a seis (6,0) e apresentar percentual de

frequência igual ou superior a 75% da carga horária destinada as atividades presenciais.

Somente será considerado aprovado no curso o estudante que obtiver aprovação em todos os componentes curriculares constantes da matriz curricular.

Será permitida a progressão do estudante ao núcleo subsequente, mesmo que não tenha logrado êxito em todos os componentes curriculares do núcleo em curso.

A Coordenação do PROFUNCIÓNÁRIO deverá estabelecer, durante a vigência do ciclo de matrícula do estudante, formas especiais de complementação de estudos e recuperação dos componentes curriculares em que o estudante não tenha logrado êxito.

No caso da impossibilidade de recuperação de até 10 (dez) componentes curriculares durante a vigência do ciclo de matrícula do aluno, desde que tenha participado regularmente do processo de ensino, os mesmos poderão ser cursados em uma nova oferta do curso, considerando o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSul para a EaD e a manutenção do PROFUNCIÓNÁRIO por parte do Ministério da Educação.

O estudante que não lograr êxito em todos os componentes curriculares durante a vigência do segundo ciclo de matrícula será automaticamente desligado do curso e do PROFUNCIÓNÁRIO.

Considera-se evadido, em EaD, o estudante que, estando matriculado, não tenha participado de pelo menos 50% das atividades programadas e efetivadas para o núcleo, e/ou se enquadre nas situações apresentadas nas disposições constantes na Organização Didática do IFSul.

O processo de recuperação será realizado:

I - por meio da permanência do componente curricular no ambiente de aprendizagem, após o encerramento da oferta e da realização da prova presencial;

II - pela oferta de nova prova presencial.

A nota da recuperação será composta em conformidade com as regras gerais utilizadas nas etapas avaliativas regulares. A nota obtida na recuperação substituirá a notas das atividades avaliativas ou a nota da prova ou trabalho

final de cada disciplina. Após as provas de avaliação e recuperação de cada um dos componentes curriculares, será considerada a maior nota obtida.

O Exame Final é oferecido ao estudante após etapa de recuperação. Este exame será constituído de uma prova presencial ou trabalho final envolvendo conteúdo total do componente curricular.

Até o período da realização dos exames finais, deverá permanecer disponível no AVA, para o estudante em situação de exame, todo material correspondente à programação desenvolvida pelo(s) componente(s) curricular(es), sob a orientação dos professores mediadores (presenciais e/ou a distância).

Terá direito a realizar o exame o estudante que tenha atingido ao menos 30,0 pontos no componente curricular.

Na nota da prova de exame final não serão computados outras atividades avaliativas.

Considera-se reprovado o estudante que não tenha alcançado nota mínima seis (6,0), em cada um dos componentes curriculares que compõem a matriz curricular.

11.2 - Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico de Curso

A avaliação é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo pedagógico do curso.

Os processos autoavaliativos da proposta curricular são capitaneados pelo Coordenador de Curso, junto a Equipe Central do PROFUNCIÓNÁRIO, abrangendo ações que contemplam a representatividade de todos os segmentos envolvidos na dinamização do Projeto de Curso.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

12- FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO E DISCUSSÃO

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul, as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Coordenador de Curso/Equipe Sistêmica: responsável pela elaboração da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (complementação do Projeto aprovado no Conselho Superior)

13 – PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

13.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

A contratação de professores formadores e professores mediadores dar-se-á mediante edital específico do IFSul com previsão de pagamento de bolsas previsto no Plano Geral de Trabalho. A equipe será composta preferencialmente por servidores do IFSul, conforme exigências comuns de oferta de cursos técnicos, e na eventualidade de insuficiência de pessoal qualificado, o programa prevê a utilização de servidores das instituições parceiras (Estado e Município). A contratação da equipe gestora do Profuncionário dar-se-á conforme legislação vigente do IFSul, com previsão de pagamento de bolsas previsto no Plano Geral de Trabalho.

Em conformidade com a Organização Didática do IFSul, os Cursos Técnicos de Nível Médio são acompanhados pedagogicamente por um Supervisor Pedagógico, contratado na mesma modalidade aplicada aos professores formadores, conforme disponibilidade financeira e orçamentária.

A seleção dos coordenadores de polo/câmpus ficará a cargo do câmpus responsável pelo polo em concordância com a coordenação geral do Profunec e com a Pró-Reitoria de Ensino do IFSul.

A equipe gestora contará com previsão de pagamento de bolsas, conforme previsto no Plano Geral de Trabalho.

Além da equipe gestora relacionada acima, o grupo contará com uma coordenação geral exercida por servidor indicado pela Pró-Reitoria de Ensino.

14 - INFRAESTRUTURA

14.1 – 14.1 Instalações e Equipamentos Oferecidos aos Professores Alunos

De acordo com as orientações contidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a instituição ofertante, deverá cumprir um conjunto de exigências que são necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação profissional com vistas a atingir um padrão mínimo de qualidade. O Quadro a seguir apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância.

Quadro 2 – Quantificação e descrição das instalações e recursos necessários ao funcionamento do curso nos campus

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
01	Sala de aula para cada grupo de 25 a 40 cursistas para as atividades presenciais	Com 40 carteiras, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual ou Projeções	Com 40 cadeiras, projetor multimídia, computador, televisor e DVD player.
01	Auditório	Com 50 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.

01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.
01	Laboratório de Informática	Com no mínimo 25 máquinas, softwares e projetor multimídia e tela de projeção

Para o primeiro semestre de oferta do curso deverá ser utilizada a capacidade já instalada no câmpus e polos ofertantes, conforme acordado pela Direção Geral de cada Campus.

O IFSul ficará responsável pela disponibilização das instalações para a coordenação do curso e professores mediadores a distância utilizando sua infraestrutura já existente. As atividades práticas serão realizadas em estruturas adequadas para este fim, nos polos e/ou nas suas escolas de origem, com objetivo de suprir as necessidades pedagógicas e estruturais para realização das mesmas.

MEC/SETEC				2018/2				
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE								
CURSO TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					CAMPUS			
MATRIZ CURRICULAR Nº								
NÚCLEOS		<i>MÓDULOS</i>	<i>CÓDIGO</i>	<i>COMPONENTES CURRICULARES</i>	<i>ATIVIDADE TEÓRICA</i>	<i>ATIVIDADE PRÁTICA</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>	
	FORMAÇÃO GERAL	I		Informática Básica e Aplicada à Educação	32h	28h	60h	
				Funcionários de Escolas	56h	4h	60h	
		II		Educação, Sociedade e Trabalho	56h	4h	60h	
				Relações Interpessoais	56h	4h	60h	
				Produção Textual na Educação Escolar	32h	28h	60h	
		III		Educadores e Educandos: Tempos Históricos	56h	4h	60h	
				Gestão da Educação Escolar	56h	4h	60h	
				Orientação da Prática Profissional	56h	4h	60h	
		IV		Homem, Pensamento e Cultura	56h	4h	60h	
				Direito Administrativo e do Trabalho	56h	4h	60h	
				Reflexões sobre a Prática Profissional I	-	60h	60h	
		SUBTOTAL				512h	148h	660h
		FORMAÇÃO ESPECÍFICA	I		Teorias do Espaço Educativo	56h	4h	60h
				Meio Ambiente, Sociedade e Educação	56h	4h	60h	
				Equipamentos e Materiais Didáticos	56h	4h	60h	
	II			Higiene e Segurança nas Escolas	56h	4h	60h	
				Equipamentos Hidráulicos e Sanitários	56h	4h	60h	
				Técnicas de Construção I	56h	4h	60h	
	III			Técnicas de Construção II	56h	4h	60h	
				Equipamentos Elétricos	56h	4h	60h	
				Reflexões sobre a Prática Profissional II	-	60h	60h	
	SUBTOTAL				448h	92h	540h	
CARGA HORÁRIA TOTAL				960h	240h	1200h		



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

DISCIPLINA: Educação, Sociedade e Trabalho	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Análise da sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Descrição dos elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético. Interpreção da Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano. Interpretação da Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. Estudo sobre a Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho: o desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. Estudo sobre a reestruturação do modo de produção capitalista. Análise das reformas do Estado, do papel da escola e do compromisso social dos trabalhadores da educação.	

Conteúdos

UNIDADE I - Construção da Lente Sociológica

- 1.1 A Revolução Industrial
- 1.2 A Revolução Francesa
- 1.3 O surgimento da Sociologia

UNIDADE II - Duas Tendências Teóricas no Estudo da Sociedade: Elementos e Características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético

- 2.1 O Funcionalismo
- 2.2 O Materialismo Dialético

UNIDADE III - Educação na Perspectiva Conservadora: O Registro Conservador de Émile Durkheim e a Influência do Pensamento Liberal de John Dewey e da Teoria do Capital Humano

- 3.1 O Funcionalismo
- 3.2 Durkheim - a educação como socializadora das novas gerações
- 3.3 Os ideais liberais e a educação
- 3.4 Dewey e a Escola Nova
- 3.5 A Teoria do Capital Humano

UNIDADE IV - Educação na Perspectiva Crítica: Educação como Reprodutora da Estrutura de Classes ou como Espaço de Transformação Social

- 4.1 Althusser e a escola como aparelho ideológico do Estado
- 4.2 Gramsci e a escola como espaço da contraideologia

UNIDADE V - Reestruturação Capitalista, Reformas do Estado e o Mundo do Trabalho

- 5.1 O mundo do trabalho
- 5.2 As relações sociais no modo de produção capitalista
- 5.3 A reestruturação capitalista



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

- 5.4 O papel e o compromisso social dos trabalhadores da educação
- 5.5 Sociedade e educação no Brasil: o papel da escola e dos profissionais de educação

Bibliografia básica

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1975
Melhoramentos
GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica**. Porto Alegre: Mundo Jovem,
UBEA-PUCRS, 1998.
TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. São Paulo: ZAHAR, 2010.
COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1987.
COTRIN, Gilberto. **História e consciência do mundo**. Vol. 2. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Record, 2004.
_____, **A cultura no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

DISCIPLINA: Educadores e Educandos	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: O estudo sobre a educação e a escola através dos processos históricos. A busca de compreensão sobre a construção, organização e o significado das instituições escolares. Análise sobre a Educação e ensino. Investigação sobre as funções da escola na sociedade capitalista. Definição das relações entre classes sociais e educação. Detalhamento dos processos educativos: continuidades e descontinuidades. Caracterização dos movimentos sociais de mudanças e de resistência. Análise sobre a diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos. Estudo sobre governo, mercado e educação.	

Conteúdos

UNIDADE I – Para que Estudar e Compreender a Educação por Meio da História?

- 1.1 Educação como prática social
- 1.2 Processos formativos

UNIDADE II – Educação Construída pelos Padres da Companhia de Jesus

- 2.1 Educação no Brasil durante a colonização portuguesa
- 2.2 Os aldeamentos

UNIDADE III – Aulas Régias: A Educação Dirigida pelo Marquês de Pombal

- 3.1 A educação escolar formal durante o período colonial

UNIDADE IV – A Família Real Portuguesa e a Educação das Elites

- 4.1 As instituições escolares
- 4.2 Os cursos superiores

UNIDADE V – A Educação Escolar nas Províncias e a Descentralização do Ensino

- 5.1 A Constituição Federal de 1824
- 5.2 A Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827
- 5.3 O Ato Adicional de 1834
- 5.4 Os Liceus
- 5.5 A Reforma do Ensino Primário de 1883 e os funcionários de escola

UNIDADE VI – A República dos Coronéis e as Pressões Populares pela Educação Escolar

- 6.1 A educação na primeira República
- 6.2 A educação nas décadas de 1920 e 30

UNIDADE VII – Manifestos de Educação: Ao Povo e ao Governo

- 7.1 O Manifesto de 1932



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

7.2 A diversidade de formação escolar

UNIDADE VIII – O Golpe Militar e a Educação Pública

8.1 A educação como instrumento de controle moral

8.2 A estrutura educacional

UNIDADE IX – Redemocratização: Cidadãos e Consumidores

9.1 A educação como direito social

9.2 O Plano Nacional de Educação

UNIDADE X – Identidade Profissional e o Projeto Político-pedagógico

10.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação

10.2 Projeto Político-Pedagógico

10.3 Conselho Escolar

10.4 Identidade Profissional

UNIDADE XI – Políticas para a Educação Pública: Direito e Gestão

11.1 Neoliberalismo e educação

11.2 FENDEF e FENDEB

Bibliografia básica

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1999.

JÚNIOR, Paulo Ghiraldelli. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; *et al.* **500 anos de educação no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2003.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. São Paulo: ZAHAR, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. São Paulo: Zahar, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1997.



DISCIPLINA: Funcionários de Escola	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Reflexão sobre os funcionários da escola no contexto da educação escolar. Análise sobre o papel social da escola e as funções educativas não-docentes: prática integrada, profissionalismo e prática social. Relação entre os funcionários e a estrutura e operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Investigação sobre o papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.	

Conteúdos

UNIDADE I – Funcionários das Escolas Públicas: Quem Somos Nós?

- 1.1 Escola pública
- 1.2 Educação Básica
- 1.3 Escola Normal
- 1.4 Inspetor de alunos e suspensão

UNIDADE II – O que é Educação? Desenvolvimento Pessoal, Socialização, Comunicação e Formação

- 2.1 Unificação dos trabalhadores em educação
- 2.2 Currículo
- 2.3 Regime escolas e proposta pedagógica da escola

UNIDADE III – A Escola Pública como Espaço da Educação de Qualidade: Constituição e LDB

- 3.1 A LDB
- 3.2 O Conselho Escolar
- 3.3 Profissionalização

UNIDADE IV - Gênese Histórica dos Funcionários: Religiosos Coadjuutores, Escravos Serviçais, Subempregados Clientelísticos, Burocratas Administrativos. Reconstruindo Identidades

- 4.1 A formação
- 4.2 A clientela escolar
- 4.3 A educação escolar

UNIDADE V - Funcionários: Em Primeiro Lugar, Cidadãos. Escolaridade Básica e Superior

- 5.1 A educação básica
- 5.2 Qualidade do ensino

UNIDADE VI - O Papel dos Funcionários como Educadores

- 6.1 Financiamento da educação
- 6.2 Sindicato
- 6.3 Educação Superior



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

UNIDADE VII - Funcionários: Profissionais Valorizados ou Servidores Descartáveis?

- 7.1 Profissionalização
- 7.2 Conselho Estadual Municipal de Educação
- 7.3 Educação Especial
- 7.4 Educação à Distância
- 7.5 Gestão Educacional

UNIDADE VIII - Funcionários: Gestores na Democracia Escolar

- 8.1 Princípios de Democracia na Escola
- 8.2 Políticas Educacionais e Plano de Educação
- 8.3 FUNDEB
- 8.4 Educação Indígena
- 8.5 Educação Permanente

Bibliografia básica

KIT PAULO FREIRE. **Paulo Freire**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
MEDEL, Cassia RavenaMulin de Assis. **Projeto Político Pedagógico: Construção e Implementação na Escola**. São Paulo: Autores Associados, 2008.
MANTOAN, Maria Teresa Egeles; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

Bibliografia complementar

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. São Paulo: Zahar, 2002.
GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica**. Porto Alegre: Mundo Jovem, UBEA-PUCRS, 1998.
LOPES, Eliane Marta Teixeira; *et al.* **500 anos de educação no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2003.
MONLEVADE, João. **Funcionários de Escolas Públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis?** Brasília: IDEA, 1996.
TEIXEIRA, Gustavo. **Manual antibullying**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2011.



DISCIPLINA: Gestão da Educação Escolar	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Estudo sobre a administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. Exame de questões sobre a gestão da educação: fundamentos e legislação. Análise da reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Reflexão sobre gestão, descentralização e autonomia. Análise sobre a gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.	

Conteúdos

UNIDADE I – A Administração ou Gestão da Escola: Concepções e Escolas Teóricas

- 1.1 Concepções sobre administração
- 1.2 Escolas de administração: escola clássica ou de administração científica; escola de relações humanas; escola behaviorista; escola estruturalista.
- 1.3 Enfoque cultural
- 1.4 Gestão de Sistema Educacional
- 1.5 Gestão da Escola Pública
- 1.6 Função social da educação e da escola
- 1.7 Gestão da Educação: Tendências Atuais

UNIDADE II – A Reforma do Estado Brasileiro: A Gestão da Educação e da Escola

- 2.1 Reforma do Estado e Educação
- 2.2 Gestão escolar: concepções em disputa
- 2.3 Gestão democrática na Constituição e na LDB
- 2.4 Políticas educacionais: relação entre os entes federados
- 2.5 Educação e desigualdade social
- 2.6 Sistema educacional brasileiro: estrutura, competências e responsabilidades
- 2.7 A construção da democratização da escola pública: os paradoxos da gestão escolar
- 2.8 O papel dos profissionais da educação frente à gestão escolar

UNIDADE III – Gestão Democrática da Escola Pública: Concepções e Implicações Legais e Operacionais

- 3.1 A importância do Projeto Político-Pedagógico e do trabalho coletivo na escola
- 3.2 O que é o Projeto Político-Pedagógico?

UNIDADE IV – Democratização da Gestão Escolar: Mecanismos de Participação e Autonomia da Unidade Escolar

- 4.1 Os mecanismos de participação e a gestão democrática
- 4.2 Gestão e participação nos Conselhos Escolares



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

4.3 Conselhos escolares

4.4 A escolha de diretores e a democratização da escola

4.5 Autonomia

UNIDADE V – Gestão Democrática e os Trabalhadores em Educação

5.1 Trabalho e trabalhadores na escola: natureza e especificidade

5.2 Gestão democrática na escola

Bibliografia básica

FERREIRA, NauraCarapeto. **Políticas Públicas e gestão democrática da educação**: Polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Liber Livros, 2006.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa da escola**. São Paulo: Vozes, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-pedagógico da Escola**: uma construção possível. São Paulo: Papirus, 1998.

Bibliografia complementar

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, Naura. S.C. & AGUIAR, Márcia A. S. (org.). **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. São Paulo: Vozes, 2006.

LUZ, Maria Cecília; NASCENTE, Renata Maria (org.). **Conselho escolar e diversidade**: por uma escola mais democrática. São Paulo: UFscar, 2014.

MORIN, Estele; AUBÉ, Caroline. **Psicologia da gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Clóvis Roberto. **A gestão educacional e escolar para a modernidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

DISCIPLINA: Homem, Pensamento e Cultura	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Reflexão sobre o processo de construção da cidadania. Introdução à Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Estudo sobre Ética, moral e política. Análise do ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Análise dos aspectos e valores culturais. Estudo sobre linguagem e comunicação.	

Conteúdos

UNIDADE I – Devir Humano

- 1.1 A natureza no humano
- 1.2 O humano na natureza: cultura
- 1.3 Cultura e culturas
- 1.4 O humano no humano: cultura e educação
- 1.5 Escola, cultura e cidadania

UNIDADE II – Devir Humano, Linguagem e Educação

- 2.1 Linguagem: conceito e elementos
- 2.2 Linguagem e língua
- 2.3 Linguagem e comunicação
- 2.4 Diálogo, comunicação e educação
- 2.5 Escola, comunicação e cidadania

UNIDADE III – Devir Humano, Trabalho e Educação

- 3.1 Trabalho: conceito
- 3.2 Trabalho, técnica e tecnologia
- 3.3 Trabalho manual e trabalho intelectual
- 3.4 Trabalho, alienação e educação
- 3.5 Escola, trabalho e cidadania

UNIDADE IV – Devir Humano, Valores e Educação

- 4.1 O conceito de valor
- 4.2 Valoração estética
- 4.3 Valoração ética
- 4.4 Valoração política
- 4.5 Escola, valores e cidadania

UNIDADE V – Devir Humano, Escola e Educação

- 5.1 O que se ensina e o que se aprende na escola?
- 5.2 Onde se ensina e onde se aprende na escola?
- 5.3 Como se ensina e como se aprende na escola?
- 5.4 Quem ensina e quem aprende na escola?



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

Bibliografia básica

ANTUNES, Ricardo (org.). **Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DUFOUR, Dany-Robert. **A Arte de Reduzir as Cabeças**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. Porto Alegre: Contexto, 2007.

Bibliografia complementar

BAUMANN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. São Paulo: Zahar, 2010.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura mundo**. Respostas a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



DISCIPLINA: Informática Básica e Aplicada à Educação	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Introdução ao curso básico de informática. Caracterização das descobertas e criações do homem na sua relação com a natureza e o trabalho. Estudo sobre a industrialização no Brasil. Busca de compreensão sobre o que é tecnologia. Estudo sobre as tecnologias da Informação. Estudo sobre Internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil. Reflexões sobre as tecnologias e mercado de trabalho. Busca de compreensão sobre o que é informática. Análise sobre a informática na formação do trabalhador. Introdução ao Sistema operacional Windows XP. Introdução ao Editor de texto Word XP. Introdução ao Navegador Internet Explorer. Introdução ao Linux. Introdução ao editor de texto no Word. Introdução ao navegador Mozilla Firefox.	

Conteúdos

UNIDADE I – Tecnologia: Conceitos Fundamentais e Teoria

- 1.1 Tecnologia – conceitos e fundamentos
- 1.2 Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem Moodle
- 1.3 Ferramentas de Comunicação e Interatividade

UNIDADE II – O que é Educação a Distância

- 2.1 EaD? O que é isso?
- 2.2 EaD: modalidade, metodologia ou tecnologia?
- 2.3 EaD x ensino presencial

UNIDADE III – Mídias e Materiais Didáticos na EaD

- 3.1 O material didático na Educação a distância
- 3.2 As mídias e ferramentas ou o material didático?
- 3.3 A importância das mídias e ferramentas na EaD

UNIDADE IV – Descobertas e Criações do Homem e sua Relação com a Natureza e o Trabalho

- 4.1 A industrialização no Brasil
- 4.2 Tecnologia da informação
- 4.3 Internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil

UNIDADE V – Tecnologias e Mercado de Trabalho

- 5.1 A informática na formação do trabalhador

UNIDADE VI – Sistemas Operacionais

- 6.1 Histórico do Sistema Operacional

UNIDADE VII – Ferramentas de Escritório

- 7.1 Formatação
- 7.2 Recursos



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

UNIDADE VIII – Navegadores

8.1 O que é Internet

8.2 Histórico

8.3 Conexão

Bibliografia básica

ADRIAN, Mariella; LLANO, José Gregório. **A informática educativa na escola**. São Paulo: Brochura, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume 1. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DANIEL, Bell. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.

Bibliografia complementar

CAPRON, Harriet. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

COX, Joyce; PREPPERNAU, Jean. **Microsoft Office Word 2007: Passo a Passo**. São Paulo: Bookman, 2007.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1988.

RATHBONE, Andy. **Windows para leigos**. 3. ed. São Paulo: Alta Books, 2013.

REZENDE, Denis A.; ABREU, Aline F. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais**. São Paulo: Atlas, 2000.



DISCIPLINA: Orientação da Prática Profissional	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Processo de construção e planejamento da proposta de integração teoria e prática objetivando a construção do plano de trabalho da Prática Profissional. Metodologias e procedimentos articulados entre os conhecimentos estudados e a realidade social a escola com ênfase na especificidade da Alimentação Escolar.	

Conteúdos

UNIDADE I – Noções Básicas de Ética, Moral e Cidadania Aplicada às Relações Escolares

- 1.1 O que é ética?
- 1.2 Os fenômenos morais
- 1.3 O que é cidadania
- 1.4 O que é diversidade
- 1.5 Ética no serviço público

UNIDADE II - Teoria e Prática

- 2.1 Vinculação entre teoria e prática

UNIDADE III – A Observação na Prática Profissional

- 3.1 A observação na prática profissional
- 3.2 Tipos de observação: livre e estruturada

UNIDADE III - O Projeto de Pesquisa e a Importância do Planejamento

- 3.1 O planejamento
- 3.2 Os tipos de projetos
- 3.3 Como escolher o tipo de projeto

UNIDADE IV - Etapas do Projeto de Pesquisa - Parte I

- 4.1 Escolha do tema
- 4.2 Delimitação do tema
- 4.3 Problematização
- 4.4 Justificativa
- 4.5 Objetivos: geral e específico

UNIDADE V - Etapas do Projeto de Pesquisa - Parte II

- 5.1 Hipótese
- 5.2 Fundamentação teórica ou revisão de literatura
- 5.3 Metodologia
- 5.4 Cronograma
- 5.5 Referências

Bibliografia básica



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

BASTOS, Cleverson; *et al.* **Aprendendo a aprender:** Introdução à Met. Científica. Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO. Maria Cecília de Souza; *et al.* **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. São Paulo: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos.** São Paulo: ZAHAR, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática 1994.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** São Paulo: Zahar, 2002.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade.** Lisboa: Dom Quixote, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 2011.



DISCIPLINA: Produção Textual na Educação Escolar	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Produção de textos. Leitura e compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e escrita em documentos oficiais educacionais. Estabelecimentos de relações entre a arte de ler, de escrever e de comunicar.	

Conteúdos

UNIDADE I – O Texto como Registro das Experiências Pessoais

- 1.1 Memorial
- 1.2 Clareza e coerência na produção textual
 - 1.2.1 Clareza
 - 1.2.2 Coerência
- 1.3 Cidadão, sim! Qualidades do texto: precisão e concisão
 - 1.3.1 Precisão
 - 1.3.2 Concisão
- 1.4 O cidadão se comunica. Qualidades do texto: objetividade, coesão e criatividade
 - 1.4.1 Objetividade
 - 1.4.2 Coesão
 - 1.4.3 Criatividade

UNIDADE II – Redação Oficial: Rompendo as Barreiras da Escrita

- 2.1 A eficácia de um texto
- 2.2 A carta como meio eficaz de comunicação
- 2.3 A carta pessoal
- 2.4 Ofício: solicitações e requerimentos
 - 2.4.1 Solicitações
 - 2.4.2 Requerimento

UNIDADE III – Memorandos, Circulares, Correio Eletrônico

- 3.1 O memorável memorando
- 3.2 Circular: a mesma informação, vários destinatários
- 3.3 Correio eletrônico: o avanço tecnológico nas comunicações oficiais

Bibliografia básica

- COVRE, M.L.M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- GARCEZ, L.H.C. **O que é preciso para escrever bem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JULIANA, M.T. **Curso completo de redação para todos os fins**. Brasília: Pró-redação, 2004.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

Bibliografia complementar

DIONÍZIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora; MACHADO, Anna Rachel. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Recife: Parábola, 2008.

_____, **Da fala para a escrita**. Atividades de retestualização. São Paulo: Cortez, 2010.

NEGRINHO, M.A. **Aulas de redação**. São Paulo: Ática, 1998.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1986.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

DISCIPLINA: Reflexões sobre a Prática Profissional I	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Estudo teórico-prático e interdisciplinar acerca dos conceitos da área das ciências humanas trabalhados no Módulo I, tendo em vista a sua aplicabilidade crítico-reflexiva nos variados contextos profissionais dos alunos.	

Conteúdos

UNIDADE I – Reflexão sobre a Prática Profissional

- 1.1 As formas de observação
- 1.2 Os registros das observações
- 1.3 Reflexão sobre a prática profissional: articulação entre teoria e prática
- 1.4 O relatório de aprendizagens – o Memorial

Bibliografia básica

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** sete saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GALLO, Silvio. **Ética e Cidadania:** caminhos da Filosofia. São Paulo: Papyrus, 1997.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional.** São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

- BASTOS, Cleverson; *et al.* **Aprendendo a aprender:** Introdução à Met. Científica. Vozes, 1998.
- BAUMANN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** São Paulo: Zahar, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** São Paulo: Zahar, 2002.
- ROLAND, Claver. **Escrever com prazer.** São Paulo: Dimensão, 2000.



DISCIPLINA: Relações Interpessoais	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Estudo sobre o processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Análise das relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Reflexão sobre as relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Busca de compreensão sobre o desenvolvimento afetivo e cognitivo.	

Conteúdos

UNIDADE I - A Relação da Psicologia com a Educação

- 1.1 A psicologia como área do conhecimento
 - 1.1.1 Psicologia e ciência
 - 1.1.2 Psicologia e senso comum
- 1.2 As grandes polêmicas da psicologia
- 1.3 Psicologia e Educação

UNIDADE II - A Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem

- 2.1 A relação entre desenvolvimento e aprendizagem
- 2.2 Diferentes concepções de desenvolvimento e de aprendizagem
- 2.3 Discussões na psicologia do desenvolvimento

UNIDADE III - A Noção de Estágios em Psicologia do Desenvolvimento

- 3.1 Ciclo da vida: infância, adolescência, fase adulta e velhice como construções culturais
- 3.2 Papel do educador na formação da personalidade do aluno
- 3.3 A formação pessoal do educador

UNIDADE IV - Temas Transversais

- 4.1. Disciplina e motivação
 - 4.1.1 Disciplina
 - 4.1.2 Motivação
- 4.2 Gênero nas relações escolares
- 4.3 Diversidade cultural no processo educacional

UNIDADEV - Contexto Social

- 5.1 Papel da mídia na escola
- 5.2 Educação inclusiva
- 5.3 Relações interpessoais e gestão democrática

Bibliografia básica

- AQUINO, J.G. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1996.
- BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L.T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

COLL, C.;PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e Educação: Psicologia da Educação**. Vol. 2.Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia complementar

COLE, M.; COLE, S. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HRUMM, Diane. **Psicologia do trabalho**. São Paulo: LTC, 2005.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações Humanas: Psicologia das Relações Interpessoais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SPECTOR, Paul. **Psicologia nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.



DISCIPLINA: Direito Administrativo e do Trabalho	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 1º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Caracterização de conceitos fundamentais de Direito. Exame de questões sobre o mundo do trabalho. Análise da Constituição Federal e a conquista da cidadania. Reflexão sobre os direitos do trabalhador brasileiro. Análise sobre os elementos de Direito Administrativo. Estudo sobre os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.	

Conteúdos

UNIDADE I – Conceitos Fundamentais do Direito

- 1.1 O Direito e as normas sociais
- 1.2 A norma jurídica
- 1.3 As fontes do Direito
- 1.4 O Direito e suas vertentes
- 1.5 Direito e Ideologia

UNIDADE II – O Mundo do Trabalho

- 2.1 As necessidades humanas e os fatores de produção
- 2.2 Os modos de produção e a transformação da sociedade
- 2.3 Trabalho e alienação

UNIDADE III – A Constituição Federal e a Conquista da Cidadania do Trabalhador Brasileiro

- 3.1 Aspectos jurídicos, sociológicos e éticos da cidadania
- 3.2 As garantias constitucionais e a soberania popular
- 3.3 Os direitos sociais na Constituição Federal: contradições e perspectivas
- 3.4 Fundamentos de legislação trabalhista brasileira

UNIDADE IV – Elementos de Direito Administrativo

- 4.1 Conceitos de Direito Administrativo
- 4.2 Autonomia
- 4.3 Fontes
- 4.4 Princípios do Direito Administrativo
- 4.5 Licitações e contratos
- 4.6 Controle da administração pública
- 4.7 O servidor público na Constituição Federal
- 4.8 Uma breve história da administração pública no Brasil

UNIDADE V – Os Funcionários da Educação como Sujeitos de sua Própria História

- 5.1 A história de mobilização dos funcionários da educação
- 5.2 os funcionários como sujeitos de sua própria história



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
CAMPOS, Nelson Palaia Ribeiro de. **Noções Essenciais de Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
COTRIM, Gilberto Vieira. **Direito e Legislação**-Introdução ao Direito. São Paulo: Saraiva, 1997.
LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, André Luiz. **Direito do Trabalho**. 12.ed. São Paulo: Rideel, 2013.
CARVALHO, Matheus, **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Juspodivm, 2014.
MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
MONCHÓN, Francisco Morcillo; TROSTER, Roberto Luis. **Introdução à Economia**. São Paulo: Makron Books, 1994.
PIETRO, Maria Sylvia. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.



DISCIPLINA: Equipamentos Hidráulicos e Sanitários	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Reflexões sobre o planeta água no mundo e seu uso racional. Fundamentação sobre captação, distribuição e consumo de água nas escolas e acesso à água potável. Estudos sobre equipamentos hidrossanitários nas cozinhas, cantinas e sanitários. Leitura de plantas dos projetos hidrossanitários. Estudos sobre estrutura e funcionamento da rede de esgotamento sanitário, próprio ou integrado à cidade. Prática de reparos nos equipamentos hidráulicos e sanitários em escolas (bebedouros, lavatório, bacias sanitárias e pias).	

Conteúdos

UNIDADE I – O Planeta Água

- 1.1 A água no mundo
- 1.2 A água no Brasil
- 1.3 Uso racional da água

UNIDADE II – Captação, Distribuição e Consumo da Água

- 2.1 A origem dos sistemas de canalização de água
- 2.2 Sistema de abastecimento de água
 - 2.2.1 Alternativas econômicas para o abastecimento de água
- 2.3 Sistema de distribuição de água
 - 2.3.1 Sistema direto de distribuição
 - 2.3.2 Sistema indireto de distribuição, sem bombeamento
 - 2.3.3 Sistema indireto de distribuição, com bombeamento
- 2.4 A utilização da água

UNIDADE III – Equipamentos e Materiais Constituintes do Sistema Hidrossanitário

- 3.1 Tubos hidráulicos
- 3.2 Louças
 - 3.2.1 Vaso sanitário
- 3.3 Aquecedor de água (chuveiro e torneiras)
- 3.4 Bebedouro (água gelada)
- 3.5 Reservatório de água

UNIDADE IV – Leitura e Interpretação de um Projeto Hidrossanitário

- 4.1 Leitura de um projeto
- 4.2 O projeto de instalações hidráulicas
- 4.3 O consumo de água
 - 4.3.1 Estimativa do consumo de água
 - 4.3.2 Capacidade do reservatório
 - 4.3.3 Funcionamento do reservatório
- 4.4 O Projeto de esgoto sanitário
- 4.5 Detalhes de projeto



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

UNIDADE V – Estrutura e Funcionamento da Rede de Esgoto Sanitário

5.1. Sistema de coleta de esgoto sanitário

5.1.1 O bairro é dotado de rede pública de distribuição de água e de coleta de esgotos

5.1.2 O bairro é dotado de rede de água e não tem rede de esgoto

5.1.3 O bairro não tem rede de água e não tem rede de esgoto

UNIDADE VI – Manutenção e Conservação das Instalações e dos Equipamentos Hidrosanitários

6.1 O que é uma manutenção

6.2 Como aumentar a durabilidade das instalações e equipamentos

6.3 Programa de manutenção das instalações e equipamentos

6.4 Como executar juntas e conexões em tubos hidrosanitários

Bibliografia básica

CREDER, H. **Instalações hidráulicas e sanitárias**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda., 1998.

MELO, V. O.; AZEVEDO NETTO, J. M. **Instalações Prediais Hidráulico-Sanitárias**. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda., 2000.

YAZIGI, W. **A técnica de edificar**. São Paulo: Editora PINI, 1999.

Bibliografia complementar

ABNT. NBR 5626: **Instalações prediais de água fria**. Rio de Janeiro, 1998.

ABNT. NBR 8160: **Instalação predial de esgoto sanitário**. Rio de Janeiro, 1983.

ABNT. NBR 7198: **Projeto e execução de instalações prediais de água quente**. Rio de Janeiro, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; FIGUEIREDO, Chenia Rocha. **Equipamentos Hidráulicos e Sanitários**. 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2013.

ANUAL TÉCNICO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS. São Paulo: Editora PINI, 1996.



DISCIPLINA: Equipamentos e Materiais Didáticos	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Estudos sobre conceitos básicos de Didática e Metodologias do ensino na educação básica. Detalhamento de equipamentos e materiais de creches e de pré-escolas. Detalhamento de equipamentos e materiais nos processos de alfabetização. Detalhamento de equipamentos e materiais no ensino fundamental e médio: do quadro de giz aos recursos específicos modernos. Detalhamento de equipamentos e recursos específicos para portadores de necessidades educacionais especiais. Reflexão sobre o papel do técnico em sua relação com professores e estudantes.	

Conteúdos

UNIDADE I – Inter-relações da Didática e das Metodologias de Ensino no Ambiente Escolar: Alguns Conceitos

1.1 O que é didática?

UNIDADE II – Principais Materiais e Equipamentos Didáticos Utilizados nas Escolas Brasileiras

2.1 Materiais e equipamentos didáticos, o que são?

2.2 O que faz um equipamento ser didático?

2.3 Principais recursos didáticos utilizados na educação brasileira

UNIDADE III – Sala de Aula: Espaço Educativo de Convivência

3.1 Construindo um espaço democrático de aprendizagem

3.2 Autonomia e aprendizagem: dois caminhos no mesmo espaço

3.3 Um espaço de acolhida e diálogo

3.4 Salas-ambiente: uma alternativa viável

UNIDADE IV – Equipamentos Didáticos na Educação Infantil

4.1 Creches e pré-escolas: educação e cuidados

4.2 A organização do espaço físico:

UNIDADE V – Materiais e Equipamentos Didáticos no Ensino Fundamental

5.1 Ensino fundamental: recursos didáticos em uma formação básica para a cidadania

5.2 Livro didático: um capítulo à parte

5.3 Equipamentos didáticos nas classes de 1º ao 5º anos

UNIDADE VI – Materiais e Equipamentos Didáticos no Ensino Médio

6.1 Sobre o ensino médio

6.2 Materiais e equipamentos didáticos e as áreas do conhecimento

UNIDADE VII – Materiais e Equipamentos Didáticos na Educação de Jovens e Adultos

7.1 Perfil da EJA



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

7.2 O que se aplica à EJA

7.3 Materiais e equipamentos didáticos na EJA

7.4 O papel do Técnico em Infraestrutura Escolar

UNIDADE VIII – Materiais e Equipamentos Didáticos na Educação Especial

8.1 A quem se destina a educação especial?

Bibliografia básica

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: sobre os saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELLO, R. M. **Tecnologia educacional**. Paraná: CRTE Telêmaco Borba, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. FREITAS, Olga Cristina Rocha de. **Equipamentos e materiais didáticos**. 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec, Brasil, 2013.

Bibliografia complementar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Orientações gerais/elaboração**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2007.

RIBEIRO, V. M. M. (Coord.). **Educação de jovens e adultos**: proposta curricular para o primeiro segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997.

CEDAC. **Livro do diretor**: espaços & pessoas. São Paulo: Cedac/MEC, 2002.

RODRIGUES, David. **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: UFSM, 2005.

MARTINS, Jorge Santos. **Projetos de Pesquisa, Ensino e Aprendizagem em Sala de Aula**. 2. ed. Autores Associados, 2007.



DISCIPLINA: Higiene e Segurança nas Escolas	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Estudos sobre a higiene como expressão material da saúde humana. Análise sobre a construção social do conceito de higiene e de sua realidade na escola. Estabelecimentos de relações entre cidade limpa, bairro limpo, escola limpa. Estudos sobre o uso higiênico dos espaços escolares. Reflexão sobre o uso da água como bem escasso da natureza, da comunidade e da escola. Análise sobre hábitos de higiene dos estudantes e limpeza do ambiente escolar. Caracterização de coleta seletiva de lixo. Reflexão sobre o papel do funcionário como gestor da limpeza e higiene na escola. Estudos sobre os conceitos de segurança. Busca de compreensão sobre as relações sociais e educativas na comunidade e na escola: separação e integração. Busca de compreensão sobre cidade segura, bairro seguro, escola segura. Reflexão sobre segurança no interior da escola: o funcionário como agente repressor ou mediador de conflitos. Estabelecimento de relações entre o adolescente infrator e a reeducação. Análise sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	

Conteúdos

UNIDADE I – Higiene: Construção Histórica do Conceito

1.1 Higiene: Conceito, história e atitude

UNIDADE II – Higiene e Educação

2.1 Hábitos de higiene

UNIDADE III – Higiene no Trabalho do Funcionário

3.1 Higiene e bons hábitos no trabalho

UNIDADE IV – Segurança: Construção Histórica do Conceito

4.1 Conceito de segurança e violência

4.2 Fundamentar o espaço educativo no mundo real e na perspectiva da mudança social

UNIDADE V – Segurança na Sociedade e na Comunidade

5.1 Segurança na sociedade

5.2 O que é Bullying e a origem da palavra

UNIDADE VI – Segurança na Escola

6.1 Realidades sobre violência e atitudes

UNIDADE VII – Segurança no Trabalho

7.1 Medidas adotadas

7.1.1 Acidentes de trabalho

7.1.2 Doenças ocupacionais

7.1.3 Proteção da integridade e a capacidade de trabalho do trabalhador



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

UNIDADE VIII – O Estatuto da Criança e do Adolescente

8.1 Artigos selecionados da Lei no 8.069, de 1990 – ECA

Bibliografia básica

FISICO, O. **A epopéia de um médico medieval**. 14. ed. GORDON, Noah. [S.I.]: ROCCO, 1996.

KLOETZEL, Kurt. **Temas de saúde: higiene física e do ambiente**. 1. ed. [S.I.]: EPU, 1980.

ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Universidade Católica de Brasília: Unesco, 2003.

Bibliografia complementar

BRAGA, Ildenir. **Divino: entre Drogas e Sonhos**. Brasília:Thesaurus Editora, 2013.

COLOMBIER, Claire; MANGEL, Gilbert; PERDRIALT, Marguerite. **A violência na escola**. [S.I.]: Summus Editorial, 1989.

GUIMARÃES, Áurea. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas: Papyrus, 2003.

LUCINDA, M. da Consolação; NASCIMENTO, M. das Graças; CANDAU, Vera M. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2011.



DISCIPLINA: Meio Ambiente, Sociedade e Educação	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Introdução às noções básicas de ecologia, meio ambiente e sua preservação. Estudo sobre as contribuições da física, química e biologia. Equilíbrio ecológico. Estudo sobre a ocupação da natureza do território brasileiro e do município pelo homem em suas atividades econômicas: os impactos ambientais. Estabelecimentos de relações entre educação escolar e meio ambiente. Reflexão sobre preservação dos mananciais hídricos. Estudos sobre manejo do lixo na comunidade e na escola. Desenvolvimento social e ambiental. Estudos sobre a higiene como expressão material da saúde humana. Análise sobre a construção social do conceito de higiene e de sua realidade na escola. Estabelecimentos de relações entre cidade limpa, bairro limpo, escola limpa. Estudos sobre o uso higiênico dos espaços escolares. Reflexão sobre o uso da água como bem escasso da natureza, da comunidade e da escola. Análise sobre hábitos de higiene dos estudantes e limpeza do ambiente escolar. Caracterização de coleta seletiva de lixo. Reflexão sobre o papel do funcionário como gestor da limpeza e higiene na escola.	

Conteúdos

UNIDADE I – Conceitos Fundamentais

- 1.1 Conhecimentos científicos
- 1.2 Matéria e energia
- 1.3 Estados físicos, mudanças de estado, ponto de fusão e ponto de ebulição
- 1.4 Densidade e propriedades organolépticas

UNIDADE II – Meio Ambiente: O Que é isso?

- 2.1 O ambiente
- 2.2 Clima e temperatura
- 2.3 Sistemas, ecossistemas e cadeias alimentares
- 2.4 Biosfera, biodiversidade e equilíbrio ecológico

UNIDADE III – História, Economia e Impactos Ambientais

- 3.1 As mudanças no planeta
- 3.2 Impactos ambientais: aqui, ali, acolá, em qualquer lugar
- 3.3 Principais questões ambientais globais
- 3.4 Principais questões ambientais no Brasil

UNIDADE IV – A Sociedade e o Meio Ambiente: Participação Consciente

- 4.1 Informação e participação
- 4.2 Energia e meio ambiente
- 4.3 Consumo e meio ambiente
- 4.4 A participação da sociedade



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

UNIDADE V – Você, sua Escola, a higiene e o Meio Ambiente

5.1 Consciência ambiental

Bibliografia básica

FARIA, Ivan Dutra. **Macrófita é a mãe! A democratização da informação ambiental: uma análise crítica**. Brasília: Teixeira, 2001.
McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
BRASIL. **Coletânea de legislação federal de meio Ambiente**. Brasília: Ibama, 1992.

Bibliografia complementar

BRASIL. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; DUTRA, Ivan Faria; MONLEVADE, João. **Meio ambiente, sociedade, higiene e educação**. 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2013.
FARIA, I.D. **O paradoxo “EIA/RIMA”**: a democratização da informação ambiental nos processos de tomada de decisão no planejamento ambiental no Brasil. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental). – Universidade Católica de Brasília: Brasília, 2000.
KLOETZEL, Kurt. **Temas de saúde: higiene física e do ambiente**. 1. ed. [S.l.]: EPU, 1980.
VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, J.; VIEIRA, P. F. (Org.) **Dilemas do socioambientalismo e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1995.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

DISCIPLINA: Reflexões sobre a Prática Profissional II	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Elaboração de estudo de caso, referenciado em uma situação pertinente à prática profissional do aluno, tendo em vista a observação, descrição, análise crítica e proposição de uma intervenção que permita qualificar a situação analisada, com base nos conhecimentos e habilidades desenvolvidos no decorrer do Curso.	

Conteúdos

UNIDADE I – Reflexão sobre a Prática Profissional

- 1.1 As formas de observação
- 1.2 Os registros das observações
- 1.3 Reflexão sobre a prática profissional: articulação entre teoria e prática
- 1.4 O relatório de aprendizagens – o Memorial

Bibliografia básica

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** sete saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
GALLO, Silvio. **Ética e Cidadania:** caminhos da Filosofia. São Paulo: Papyrus, 1997.
SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional.** São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos.** São Paulo: ZAHAR, 2010.
CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1994.
GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** São Paulo: Zahar, 2002.
HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade.** Lisboa: Dom Quixote, 1990.
LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 2011.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

DISCIPLINA: Técnicas de Construção I	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Construção como aplicação de materiais e de suas relações com a sustentabilidade ambiental. Estudos sobre arquitetura, engenharia civil e educação. Estudos sobre evolução histórica das construções: na Europa, na América pré-colombiana, no Brasil colonial, independente e moderno. Leitura e interpretação de projetos arquitetônicos e de instalações complementares de escolas. Planejamento e especificidades técnicas do edifício escolar.	

Conteúdos

UNIDADE I – Construção como Aplicação de Materiais e de duas Relações com a Sustentabilidade Ambiental

- 1.1 Materiais básicos para construção
- 1.2 Gestão de resíduos da construção civil
- 1.3 A contribuição da escola para o meio ambiente

UNIDADE II – Evolução Técnica das Construções: Passado e Presente. História das Construções: Na Europa, Na América Pré-Colombiana, No Brasil Colonial, Independente E Moderno

- 2.1 A evolução técnica das construções Núcleo Formação Técnica Geral
- 2.2 História da construção na Europa
- 2.3 História da construção na América pré-colombiana

UNIDADE III – O Edifício Escolar

- 3.1 Leitura e desenho de projetos
- 3.2 Leitura de plantas de prédios escolares
- 3.3 Especificações escolares
- 3.4 Instalação do edifício escolar
- 3.5 Planejamento e preservação do espaço escolar
- 3.6 O edifício escolar: aspectos físicos

Bibliografia básica

ABNT. **NBR 9050/2004:** acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial.** Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Nobel, 1991.

CARVALHO, Benjamin A. **Desenho geométrico.** Rio de Janeiro: Sociedade Editora e Gráfica Ltda., 1965.

FNDE/MEC. **Subsídios para elaboração de projetos e adequação de edificações escolares.** Vol. 1. Brasília: FNDE/MEC, 2002.

FUNDESCOLA-FNDE/MEC. **Padrões mínimos de funcionamento da escola:** ensino fundamental - Parte 2: Espaço Educativo. Brasília: FNDE/MEC, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala.** 48. ed. São Paulo: Global, 2006.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

GOMES, Luiz Souza. **América Latina: Seus Aspectos, Sua História, Seus Problemas.** Rio de Janeiro: FGV, 1966. 305p.

Bibliografia complementar

AZEREDO, H. A. **O Edifício até Sua Cobertura.** São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. PEREIRA, Alessandro Guimarães. **Técnicas de construção.** 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 36. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Plano de construções escolares para Brasília.** RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. 35. Num. 81. Rio de Janeiro, 1961.

YAZIGI, W. **A técnica de edificar.** São Paulo: Ed.Pini, 1999.

_____. **Da fala para a escrita.** Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. B.; HERNANDES, **Manual da secretária.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DIONÍZIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora; MACHADO, Anna Rachel. **Gêneros textuais e ensino.** São Paulo: Atlas, 2010.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

DISCIPLINA: Técnicas de Construção II	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Estudos sobre prática elementar de construções e reformas: fundações superficiais, concreto armado (vigas, lajes e pilares – forma, ferro e concreto), alvenarias, cercados e muros, revestimentos argamassados, revestimentos cerâmicos, pintura e impermeabilizações. Construção e manutenção de quadros de giz. Orçamentação e custos de construções. Reflexão sobre o papel do funcionário quanto à construção, conservação e manutenção física dos prédios escolares.	

Conteúdos

UNIDADE I – Técnicas de Construção Aplicadas à Escola

- 1.1 Elementos da construção
- 1.2 Materiais de revestimento
- 1.3 Impermeabilizações
- 1.4 Pintura
- 1.5 Efetuando reparos
- 1.6 Orçamento e custos de produção

UNIDADE II – Papel do Funcionário na Construção, Conservação e Manutenção Física dos Prédios Escolares

- 2.1 O espaço escolar como elemento de educação formativa
- 2.2 Segurança e qualidade no espaço escolar
- 2.3 Acessibilidade às pessoas com deficiência

Bibliografia básica

- AZEREDO, H. A. **O Edifício até Sua Cobertura**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Técnicas de construção**. PEREIRA, Alessandro Guimarães. 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2013.
- YAZIGI, W. **A técnica de Edificar**. São Paulo: Pini, 1999.

Bibliografia complementar

- TCPO - **Tabelas de composições de preços para orçamentos**. 12. ed. São Paulo: Pini, 2004.
- BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções**. Edgard Blucher, 2009.
- CARDOSO, Roberto Sales. **Orçamento de Obras em Foco. Um novo olhar sobre a engenharia de custos**. Editora Pini.
- CIMINO, R. **Planejar para construir**. São Paulo: Pini, 1987.
- MATTOS, Aldo Dórea. **Como preparar orçamentos de obras: dicas para**



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

orçamentistas, estudos de casos, exemplos. São Paulo: Editora Pini, 2006.
MATTOS, Aldo Dórea. **Planejamento e controle de obras**. São Paulo/SP:
Pini, 2010.
TOMAZ, E. **Tecnologia, Gerenciamento e Qualidade na Construção**. São
Paulo/SP:Pini.



DISCIPLINA: Teorias do Espaço Educativo	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Estudos sobre o Conceito de espaço. Estudo sobre a História dos espaços escolares como expressão de diferentes culturas e pedagogias. Caracterização de Espaço natural, espaço arquitetônico e espaço educativo. Estudo sobre o colégio jesuítico nas cidades e nas missões. Estudo sobre o espaço escolar na educação pombalina. Reflexão sobre os prédios escolares do Império e da Primeira República. Análise sobre a organização dos espaços escolares nas últimas décadas. Reflexão sobre o papel dos funcionários em cada modelo de escola. Estudos sobre o currículo como modelador dos espaços: salas-ambiente. Introdução às teorias de manutenção da qualidade material das edificações e dos equipamentos.	

Conteúdos

UNIDADE I – O que é isso a que Chamamos Espaço?

- 1.1 Sobre o que pensamos quando falamos de espaço?
- 1.2 A percepção do espaço
- 1.3 As representações do espaço

UNIDADE II – O Edifício Escolar

- 2.1 O projeto da edificação
- 2.2 O planejamento do espaço escolar
- 2.3 Arquitetura e pedagogia
- 2.4 História do edifício escolar

UNIDADE III – A Escola

- 3.1 Uso e manutenção
- 3.2 As instalações físicas da escola
- 3.3 Problemas internos da escola

UNIDADE IV – Práticas de Manutenção das Instalações Físicas da Escola

- 4.1 Os serviços de manutenção e conservação do espaço escolar

Bibliografia básica

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual:** uma psicologia da visão criadora. Nova Versão. Tradução por Ivonne Terezinha de Faria. 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.

AZEVEDO, F. A **cultura brasileira:** a transmissão da cultura. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico:** classe, códigos e controle. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Significado das Práticas Construtivas na Aprendizagem Universitária da Arquitetura.** In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: MEC. v.85, n.209/210/211, p.85-100, jan./dez.2004.

CARPINTERO, Antonio Carlos. **Sobre o conceito de espaço. Trabalho Programado.** São Paulo: USP-FAU, 1986.

CARVALHO, Benjamin A. **Desenho geométrico.** Rio de Janeiro: Sociedade Editora e Gráfica Ltda., 1965.

COSTA, L. **Registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

MONTANER, Josep M. **Arquitectura y crítica.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 2004.



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

DISCIPLINA: Equipamentos Elétricos e Eletrônicos	
Vigência: a partir de 2018/2	Período letivo: 2º módulo
Carga horária total: 60h	Código:
Ementa: Estudos sobre eletricidade como fonte de energia. Fundamentos teóricos e aplicações na escola. Estudos sobre Iluminação de ambientes externos e internos ao prédio escolar. Estabelecimentos de relações entre equipamentos e gasto de energia: estrutura e funcionamento. Estudos sobre ventilação e condicionamento artificiais do ar. Estudos sobre instalações elétricas. Manutenção e reparo de instalações e equipamentos. Busca de compreensão sobre o progresso científico e impacto ambiental da produção de energia.	

Conteúdos

UNIDADE I – Eletricidade como Fonte de Energia

- 1.1 Introdução
- 1.2 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
 - 1.2.1 Geração de energia elétrica
 - 1.2.2 Transmissão de energia elétrica
 - 1.2.3 Distribuição de energia elétrica

UNIDADE II – Das Teorias da Física às Aplicações no Cotidiano da Escola

- 2.1 Noções básicas dos fundamentos da eletricidade
- 2.2 Eletricidade
- 2.3 Tensão, corrente e resistência elétrica
- 2.4 Potência Elétrica
- 2.5 Energia Elétrica

UNIDADE III – Iluminação dos Ambientes

- 3.1 A importância da boa iluminação
- 3.2 A origem da luz artificial
- 3.3 Conceitos básicos das lâmpadas
- 3.4 Tipos de lâmpadas
 - 3.4.1 Lâmpadas incandescentes
 - 3.4.2 Lâmpadas Fluorescentes
 - 3.4.3 Luz mista
 - 3.4.4 Vapor de mercúrio
 - 3.4.5 Vapor metálico
 - 3.4.6 Vapor de sódio
- 3.5 Acessórios para lâmpadas
- 3.6 Dicas para economizar energia

UNIDADE IV – Equipamentos e Gastos de Energia

- 4.1 Uso racional de energia
- 4.2 Equipamentos e acessórios elétricos
 - 4.2.1 Interruptores e tomadas
 - 4.2.2 *Dimmers* e sensores de presença



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

- 4.2.3 Fios e cabos
- 4.2.4 Eletroduto
- 4.2.5 Disjuntor
- 4.2.6 Quadro de energia
- 4.3 Cargas específicas dos aparelhos de utilização
- 4.4 Gastos de energia
 - 4.4.1 A eficiência do projeto no consumo energético
 - 4.4.2 Como estimar o consumo mensal de energia
 - 4.4.3 Como fazer a leitura do medidor

UNIDADE V – Funcionamento das Instalações Elétricas

- 5.1 O projeto elétrico
 - 5.1.1 Representação gráfica
 - 5.1.2 Previsão de carga
 - 5.1.3 Simbologia
 - 5.1.4 Dimensionamento dos fios e dos eletrodutos
- 5.2 Entendendo o projeto elétrico
 - 5.2.1 A chegada da energia elétrica
 - 5.2.2 Os fios elétricos
 - 5.2.3 Funcionamento das tomadas e das lâmpadas
- 5.3 Projeto elétrico de uma escola
- 5.4 Instalação de um fio terra
- 5.5 Observações gerais

UNIDADE VI – Conservação, Uso e Manutenção das Instalações e dos Aparelhos Elétricos

- 7.1 Instalações elétricas em geral
 - 7.1.1 Recomendações
- 7.2 Tomadas e interruptores: recomendações
- 7.3 Luminárias e lâmpadas: recomendações
- 7.4 Disjuntores, fusíveis e quadro de energia: recomendações
- 7.5 Ar condicionado: recomendações
- 7.6 Economia de energia
- 7.7 Descarte de equipamentos eletrônicos e lâmpadas
 - 7.7.1 Equipamentos eletrônicos
 - 7.7.2 Lâmpadas

Bibliografia básica

CREDER, H. **Instalações Elétricas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda., 1991.
PIRELLI. **Manual Pirelli de Instalações Elétricas**. São Paulo: Editora Pini, 2001.
YAZIGI, W. **A técnica de Edificar**. São Paulo: Editora Pini, 1999.

Bibliografia complementar



Serviço Público Federal
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-Reitoria de Ensino

ABNT. NBR 5410 – **Instalações Elétricas de Baixa Tensão**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. FIGUEIREDO, Chenia Rocha. **Equipamentos elétricos e eletrônicos**. 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec.Brasil, 2013.

FORÇA DOMADA: Quilowatts de Economia. **Revista Técnica**, n. 53, ago. 2001.

NORMA TÉCNICA DE DISTRIBUIÇÃO. NTD – 6.01. 1. ed. Brasília: CEB, 1997.

SOUZA, A. P. A. **Uso da energia em edifícios**: estudo de caso de escolas municipais e estaduais de Itabira, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado)–Centro Federal de Educação Tecnológica, Minas Gerais, 2005.